

Nota Informativa

Edição 122/2026

DESTAQUES

Receita Federal e CGIBS regulamentam Programa Nacional de Conformidade Tributária para apoiar adaptação à Reforma Tributária no ano de 2026

Câmara aprova renovação do Fust Direto até 2031

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

BC reforça combate a fraudes com novas regras para transferências de ativos virtuais

Região Sul concentra 80% dos projetos de digitalização industrial financiados pela Finep

Imprensa global repercute suspensão do Discord no Brasil e vê 'intensos conflitos' do governo com empresas de tecnologia

POLÍTICA

Lula tem 46% contra 45% de Flávio no 2º turno, diz PoderData/Aya

Reunião de ministros do TSE para discutir IA na campanha e pesquisa eleitoral é adiada

Fraude na filiação impede Flávio Bolsonaro de registrar candidatura à Presidência

REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita atende instituições financeiras e Split Payment fica fora do início da Reforma Tributária

Nova versão do regulamento do IBS e da CBS pode sair até outubro

DESTAQUES

Receita Federal e CGIBS regulamentam Programa Nacional de Conformidade Tributária para apoiar adaptação à Reforma Tributária no ano de 2026Poder Executivo | **13/08/2026 – 11h52min**

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) regulamentaram o Programa Nacional de Conformidade Tributária para 2026, por meio do Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 5. O programa visa facilitar a adaptação dos contribuintes às novas obrigações fiscais decorrentes da Reforma Tributária do Consumo, priorizando a orientação e correção de inconsistências nos documentos fiscais em vez da repressão imediata. O monitoramento permanente permitirá alertar os contribuintes sobre eventuais falhas, possibilitando correções antes de medidas punitivas. Participam do programa os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias do IBS e da CBS, desde que demonstrem evolução na conformidade, respondam às comunicações e mantenham profissional de contabilidade responsável. O programa preserva mecanismos de autorregularização, assegurando prazo legal para correção voluntária de erros. Também fortalece o papel dos contadores, que poderão receber comunicações diretamente para apoiar a conformidade fiscal. A iniciativa busca reduzir custos de conformidade e garantir uma transição assistida para o novo modelo tributário. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Câmara aprova renovação do Fust Direto até 2031**Poder Legislativo | **13/08/2026**

A Câmara dos Deputados aprovou, por 333 votos a 91, a renovação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) Direto até 2031, impedindo a limitação das despesas destinadas à execução de seus programas e ações. O projeto, que segue para análise do Senado, estabelece que pelo menos 50% das receitas anuais do fundo sejam aplicadas em financiamento reembolsável e prorroga por cinco anos a redução de até 50% da contribuição ao Fust para prestadoras que investirem recursos próprios em programas aprovados pelo Conselho Gestor. A previsão de receitas do Fust para 2026 é de R\$ 465 milhões, já considerando a renúncia de receita. A medida visa garantir a expansão da infraestrutura de telecomunicações, a conectividade em escolas públicas, áreas rurais e remotas, além de promover a inclusão digital e social em regiões como a Amazônia. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO****BC reforça combate a fraudes com novas regras para transferências de ativos virtuais**Poder Executivo | **13/08/2026 – 12h42min**

O Banco Central do Brasil estabeleceu novas regras para transferências de ativos virtuais, que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2027. O objetivo é reforçar o combate a fraudes, permitindo a realização de operações legítimas após a conclusão das análises de risco. O prazo até a implementação das normas visa garantir a adaptação dos sistemas, processos e estruturas de governança das instituições financeiras envolvidas. Essas medidas integram a agenda do Banco Central para fortalecer a segurança e a integridade do sistema financeiro brasileiro diante do crescimento das transações com ativos digitais. Fonte: ASCOM MS

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Região Sul concentra 80% dos projetos de digitalização industrial financiados pela Finep**

Poder Executivo | **13/08/2026 – 10h14min**

A Região Sul do Brasil concentra 80% dos projetos contratados pela linha Inovacred 4.0 da Finep, destinada à digitalização de micro, pequenas e médias empresas e cooperativas. Desde o lançamento, o programa financiou mais de 300 projetos em todo o país, totalizando cerca de R\$ 600 milhões em recursos. A iniciativa visa apoiar a implementação de tecnologias relacionadas à Indústria 4.0, promovendo a modernização e a inovação no setor industrial regional. Fonte: Jornal do Comércio

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Imprensa global repercute suspensão do Discord no Brasil e vê 'intensos conflitos' do governo com empresas de tecnologia

Mercado | **12/08/2026 – 19h00min**

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou a suspensão das transmissões ao vivo na plataforma Discord no Brasil, após identificar falhas na proteção de crianças e adolescentes, especialmente após a morte de uma adolescente durante uma transmissão. A decisão gerou ampla repercussão internacional, com veículos de países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Espanha, Itália e Argentina destacando a medida e os conflitos do governo brasileiro com empresas de tecnologia. A ANPD apontou que mudanças recentes no recurso "Go Live" tornaram a ferramenta menos segura para menores. O Discord afirmou estar analisando a decisão e reforçou seu compromisso com a segurança dos usuários. A suspensão das lives permanecerá até que a plataforma comprove a adoção de medidas adequadas, sob risco de multas e possível bloqueio total. O caso integra um contexto mais amplo de regulação das redes sociais no Brasil, que tem provocado embates entre o governo e grandes empresas do setor. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula tem 46% contra 45% de Flávio no 2º turno, diz PoderData/Aya

Poder Executivo | **13/08/2026 – 07h30min**

Pesquisa PoderData/Aya realizada entre 9 e 12 de agosto de 2026 indica que Lula mantém 46% das intenções de voto contra 45% de Flávio no cenário de segundo turno, com diferença dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais. No primeiro turno, Lula lidera com 41%, seguido por Flávio com 35%. O levantamento aponta empate técnico entre Lula e seus principais adversários, exceto Renan Santos, contra quem Lula tem vantagem de 9 pontos. A pesquisa destaca que Lula mantém vantagem em segmentos estratégicos, como mulheres, Nordeste e eleitores com até ensino médio, enquanto Flávio tem melhor desempenho no Centro-Oeste, Sul e entre os que possuem ensino superior. O estudo foi realizado com 2.400 entrevistas em 658 municípios das 27 unidades da Federação, com margem de erro de 2 pontos percentuais e intervalo de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no TSE sob o nº BR-06868/2026. Fonte: Poder360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reunião de ministros do TSE para discutir IA na campanha e pesquisa eleitoral é adiada

Poder Judiciário | **13/08/2026 – 13h41min**

A reunião entre ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), convocada pelo presidente Kássio Nunes Marques para tratar do uso de inteligência artificial (IA) nas campanhas eleitorais e das pesquisas eleitorais, foi adiada sem nova data definida. O encontro

estava previsto para o dia 13, após a sessão plenária, mas os julgamentos se estenderam além do previsto. A pauta inclui processos sobre o vídeo com deepfake do ex-presidente Jair Bolsonaro e a suspensão da pesquisa Atlas Intel, que definirá novos parâmetros para pesquisas eleitorais. O julgamento da pesquisa depende da liberação do processo pela ministra Estela Aranha, com prazo para devolução no início de setembro. O uso de deepfake já é proibido para favorecer ou prejudicar candidaturas, mas a reunião pretende discutir a possibilidade de banir amplamente o uso de avatares que simulem imagem e voz de candidatos e terceiros. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fraude na filiação impede Flávio Bolsonaro de registrar candidatura à Presidência

Poder Executivo | **13/08/2026 – 14h31min**

O senador Flávio Bolsonaro teve seu registro de candidatura à Presidência da República impedido devido a uma fraude na sua filiação partidária. O sistema da Justiça Eleitoral indicou que ele estava filiado ao partido Missão, embora sua filiação ao PL fosse a oficial. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a alteração foi realizada por um representante da legenda Missão, utilizando credenciais da sigla. A campanha de Flávio Bolsonaro perdeu o acesso ao sistema do TSE, impossibilitando o registro da candidatura. O presidente do TSE determinou a instauração de inquérito pela Polícia Judiciária e encaminhou representação à Procuradoria Geral Eleitoral. O PL solicitou a desfiliação do senador do Missão, que está em análise. Ambas as legendas afirmam estar adotando providências para identificar e punir os responsáveis pela fraude. A data limite para registro de candidaturas é 15 de agosto, e até o momento seis candidatos já formalizaram seus registros no TSE. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita atende instituições financeiras e Split Payment fica fora do início da Reforma Tributária

Poder Executivo | **13/08/2026 – 10h04min**

O mecanismo de recolhimento automático de tributos conhecido como split payment não estará disponível em janeiro de 2027, data de início da cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul e segunda vice-presidente do Comitê Gestor do IBS (CGIBS), Pricilla Santana, informou que a implementação do split payment demanda mais tempo, atendendo a solicitações das instituições financeiras para adequação. O uso do mecanismo será opcional e ocorrerá inicialmente entre empresas, em fase posterior. Enquanto isso, outras modalidades de recolhimento, como o Recolhimento pelo Adquirente (RAD), estarão disponíveis para o período de transição. A reforma tributária prevê a substituição gradual de tributos atuais pela CBS, de competência federal, e pelo IBS, administrado pelo Comitê Gestor e destinado a estados e municípios, com transição até 2032. Em 2026, as empresas já devem incluir informações relativas ao IBS e CBS em documentos fiscais eletrônicos, com caráter informativo. O CGIBS acompanha a adaptação dos contribuintes e implementa o Programa Nacional de Conformidade Tributária para orientar e regularizar inconsistências, evitando sanções durante o período de adaptação. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova versão do regulamento do IBS e da CBS pode sair até outubro

Poder Executivo | **13/08/2026 – 07h10min**

A nova versão do regulamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deve ser publicada até outubro, conforme informado durante a 3ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) em São Paulo. Foram recebidas mais de 4 mil sugestões na consulta pública sobre os novos tributos. O Comitê de Harmonização, criado pela Lei Complementar 227/26, terá a função de pacificar divergências interpretativas entre os entes federativos. A fiscalização da CBS em 2027 não deve ocorrer inicialmente, mas pode haver autuações relacionadas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica com reflexos na CBS. Um programa de conformidade para contribuintes com dificuldades na emissão de notas fiscais será lançado, com prazo até o final do ano para regularização, sem penalizações financeiras imediatas. O CGIBS também destacou o avanço tecnológico da reforma, com as 300 maiores empresas testando os sistemas do IBS. A integração dos sistemas de arrecadação, apuração e distribuição visa simplificar o processo para os contribuintes, garantindo neutralidade na redistribuição dos recursos entre estados e municípios. Fonte: JOTA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)